

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde



Brasília - DF
2008

MINISTÉRIO DA SAÚDE
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos
Departamento de Ciência e Tecnologia

Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde

Série B. Textos Básicos de Saúde

Brasília – DF
2008

© 2008 Ministério da Saúde.

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.

A responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens desta obra é da área técnica.

A coleção institucional do Ministério da Saúde pode ser acessada, na íntegra, na Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde: <http://www.saude.gov.br/bvs>

Série B. Textos Básicos de Saúde

Tiragem: 1.ª edição – 2008 – 4.000 exemplares

Elaboração, distribuição e informações:

MINISTÉRIO DA SAÚDE
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos
Departamento de Ciência e Tecnologia
Esplanada dos Ministérios, bloco G,
Edifício Sede, 8.º andar, sala 849
CEP: 70058-900, Brasília – DF
Tel.: (61) 3315-3197
E-mail: decit@saude.gov.br
Home page: <http://www.saude.gov.br>

Organização:

Reinaldo Guimarães
Suzanne Jacob Serruya
Adriana Diaféria
Maria Cristina Costa de Arrochela Lobo

Jornalistas Responsáveis:

Andréa Vilhena (7735/DF)
Renata Maia (RP 3529/PE)
Sarita Coelho (RP 25549/RJ)

Coordenação:

Luis Eugênio de Souza

Revisão Técnica:

Márcia Motta

Fotos:

Arquivos MS e Fiocruz
Radilson Carlos
Tatiana Stuckert

Design / Diagramação:

Emerson eCello

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Ficha Catalográfica

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. Ciência, tecnologia e inovação em saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Ciência e Tecnologia. – Brasília : Ministério da Saúde, 2008.
24 p. : il. – (Série B. Textos Básicos de Saúde)

ISBN 978-85-334-1467-9

1. Pesquisa em saúde. 2. Tecnologia em saúde. 3. Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde. I. Título. II. Série.

NLM W 84.3

Catálogo na fonte – Coordenação-Geral de Documentação e Informação – Editora MS – OS 2008/0379

Títulos para indexação:

Em inglês: Science, Technology and Innovation in Health
Em espanhol: Ciencia, Tecnología e Innovación en Salud

05 APRESENTAÇÃO

07 A SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS

08 MARCOS INSTITUCIONAIS

- 08. Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (PNCTIS)
- 08. Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde (ANPPS)

09 MAIS SAÚDE: DIREITO DE TODOS 2008/2011

10 INVESTINDO NO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO PARA O SUS

- 11. Áreas Estratégicas de Pesquisa
- 12. SCTIE investe em pesquisas sobre doenças não-transmissíveis
- 12. Pesquisa revelará perfil de saúde de mulheres e crianças
- 13. Pesquisas avaliam a Política de Saúde Mental
- 14. Em busca da redução da violência e dos acidentes
- 14. Para superar a vulnerabilidade tecnológica
- 18. Contribuição para a superação das desigualdades regionais em C&T na saúde

19 AVALIAÇÃO DE TECNOLOGIAS EM SAÚDE: IMPORTANTE FERRAMENTA DE GESTÃO

- 20. Redes de Conhecimento em pesquisa clínica e ATS
- 20. R\$ 12,5 milhões para novos estudos em pesquisa clínica e ATS

21 GESTÃO DE CONHECIMENTO EM SAÚDE

- 22. Prêmio de Incentivo em Ciência e Tecnologia para o SUS
- 22. Eventos científicos contribuem para a disseminação

Apresentação

A presente publicação informa sobre as ações desenvolvidas pela Secretaria de Ciência Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE) do Ministério da Saúde, na área do fomento setorial a pesquisas e inovações. Ela trata do passado próximo e do presente, mas se refere especialmente ao futuro, na medida em que se espera que os saberes, hoje desenvolvidos, tenham tradução nas práticas de amanhã. Ao divulgar suas atividades, a SCTIE visa o diálogo com gestores, técnicos e pesquisadores, no sentido de validar as escolhas feitas ou promover alterações no caminho a ser trilhado.

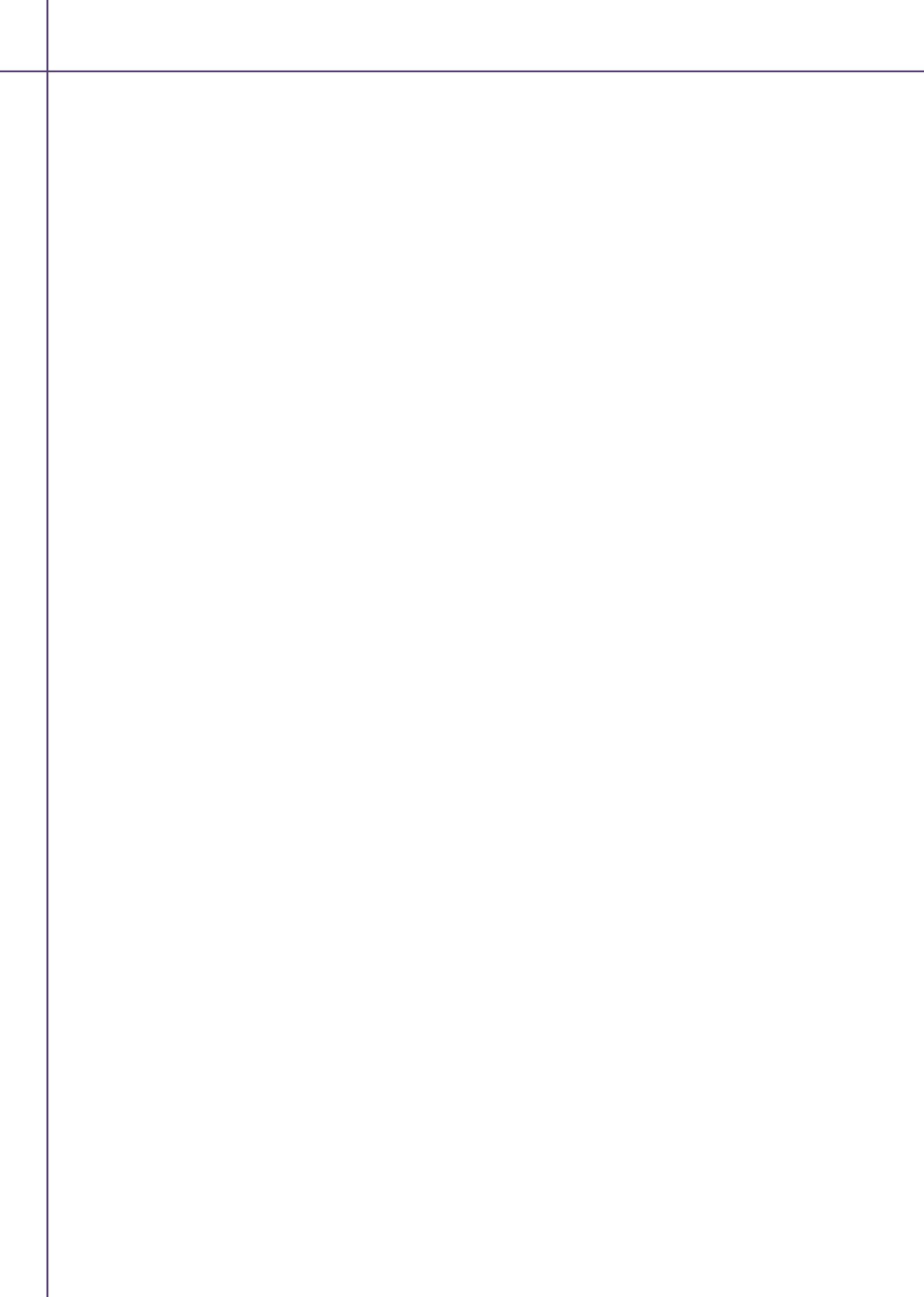
É importante lembrar que, no processo de discussão para elaboração da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (PNCTIS) foram apontados como alguns de seus principais objetivos: o reforço à capacidade de indução à produção de conhecimentos essenciais, a maior articulação entre as ações de fomento científico-tecnológico e a política de saúde e a implementação de mecanismos de coordenação, acompanhamento e avaliação adequados entre as múltiplas instâncias de fomento. Embora ainda haja muito a ser realizado, acreditamos ter conseguido avanços expressivos nesses últimos quatro anos, propiciados pelo aumento do aporte de recursos financeiros e pelo empenho de nossa equipe, parceiros e colaboradores. A todos esses, ficam registrados nossa gratidão e o reconhecimento pelo importante trabalho desempenhado.

Nesta revista são relatados alguns desses avanços, sendo destacados estudos e pesquisas apoiados, em fase de desenvolvimento ou de conclusão, e apresentada a estrutura administrativa atual da SCTIE e os seus marcos institucionais, bem como os mecanismos utilizados no desempenho de suas funções. Adicionalmente, são explicitadas algumas das ações planejadas para 2008 e anos subsequentes – como as relacionadas à revisão da Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa, à avaliação de tecnologias em saúde, à gestão do conhecimento e ao Complexo Industrial da Saúde – e sua relação com o programa Mais Saúde, também conhecido como PAC Saúde.

Reinaldo Guimarães
Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos



Arquivo MS



A Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos

Realizada durante a 1ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia em Saúde, realizada em 1994, a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE) foi finalmente instituída em 2003. Entre as conquistas alcançadas ao longo dos últimos cinco anos, destacam-se a institucionalização da Ciência e Tecnologia (C&T) no âmbito do Ministério da Saúde e a consolidação deste como principal articulador das ações de política de ciência, tecnologia e inovação em saúde.

Em 2007, quando somava importantes avanços no fomento científico e tecnológico e avaliava os primeiros resultados das pesquisas financiadas pelo Departamento de Ciência e Tecnologia e seus parceiros, a Secretaria passou por uma reestruturação. O Ministério da Saúde estabeleceu como uma das estratégias prioritárias da atual gestão, o desenvolvimento e inovação do Complexo Produtivo de Bens e Serviços de Saúde no país, ficando a cargo da SCTIE, por intermédio do Departamento de Economia da Saúde (DES), a consolidação de programas e ações que levem ao cumprimento desta estratégia nacional de fomento, desenvolvimento e inovação para os insumos industriais na área da saúde.

Para atender as novas prioridades ocorreram alterações significativas na estrutura e atribuições da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estra-

tégicos, sendo transferidas à Secretaria Executiva as atividades anteriormente executadas pelo DES, que passa, então, com uma nova conformação, a ocupar-se com o incentivo ao desenvolvimento tecnológico, produção e inovação no contexto do Complexo Industrial da Saúde, assumindo parte das atividades anteriormente realizadas pelo Departamento de Assistência Farmacêutica e pelo Departamento de Ciência e Tecnologia.

Estas alterações de estrutura e atribuições ainda não estão totalmente formalizadas, pois dependem da finalização do decreto presidencial que vai rever a estrutura de todo o Ministério da Saúde. Entretanto, foram publicadas algumas portarias que atendem parcialmente as novas necessidades.

O Departamento de Ciência e Tecnologia (Decit), que atua no fomento à pesquisa e na avaliação de tecnologias em saúde, passa a priorizar projetos com maior potencial de inovação e a investir na disseminação do conhecimento científico.

Já o Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos (DAF) tem como principal atribuição articular e gerir a Política Nacional de Assistência Farmacêutica, fundamental para a formulação de políticas setoriais, incluindo políticas de medicamentos, de ciência e tecnologia, de desenvolvimento industrial e de formação de recursos humanos.

Cooperação Técnica

Em agosto de 2007, os ministros da Saúde, José Gomes Temporão, e da Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende, renovaram o acordo de cooperação técnica que, desde 2004, vem viabilizando o fomento a pesquisas em saúde e a projetos de desenvolvimento tecnológico. A maioria das ações, desencadeadas pela SCTIE, conta com a participação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). Outros parceiros importantes da SCTIE nessas ações são as fundações de amparo à pesquisa dos estados e as secretarias estaduais de saúde e de ciência e tecnologia.

Para implementação de ações, programas e estudos voltados ao desenvolvimento do Complexo Industrial da Saúde (CIS), foi firmado, em dezembro de 2007, o Termo de Cooperação e Assistência Técnica entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Ministério da Saúde.

A Organização Pan-Americana de Saúde (Opas) também tem estabelecido importante cooperação técnica em projetos estratégicos da SCTIE.



Tatiana Stuckert/MS

Marcos institucionais

Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (PNCTIS)

O artigo 200, inciso V, da Constituição Federal, estabelece as competências do Sistema Único de Saúde, entre as quais está o incremento do desenvolvimento científico e tecnológico na área da saúde. Instrumento norteador de todas as ações realizadas pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, a PNCTIS, aprovada durante a 2ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde, em julho de 2004, é parte integrante da Política Nacional de Saúde. Seu principal objetivo é contribuir para que o desenvolvimento nacional se faça de modo sustentável, estimulando a produção de novos conhecimentos direcionados às necessidades do SUS.

A PNCTIS apresenta como estratégias principais: sustentação e fortalecimento do esforço nacional em ciência, tecnologia e inovação em saúde; criação do sistema nacional de inovação; construção da agenda nacional de prioridades de pesquisa em saúde; superação das desigualdades regionais; aprimoramento da capacidade regulatória do Estado e criação da rede nacional de avaliação tecnológica; difusão dos avanços científicos e tecnológicos; formação e capacitação de recursos humanos; participação e fortalecimento do controle social.

Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde (ANPPS)

A ANPPS tem como pressuposto atender as necessidades nacionais e regionais de saúde e induzir de forma seletiva a produção de conhecimentos, bens materiais e serviços em áreas estratégicas para o desenvolvimento das políticas sociais em vigor. O documento é composto de 24 subagendas, que representam as áreas prioritárias de pesquisa. Cada uma dessas subagendas, por sua vez, compreende diversos temas e linhas de pesquisa.

Segundo a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde, “a Agenda é um processo técnico-político em permanente construção”. O mesmo documento estabelece que “o Ministério da Saúde deve liderar o processo de construção da Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde, em virtude do seu papel estratégico no ordenamento do esforço nacional de Pesquisa em Saúde”. Diante dessas orientações, passados quase quatro anos da 2ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde, a SCTIE está revisando o documento. A intenção é avaliar o fomento realizado pela Secretaria ao longo desses anos e apresentar uma nova proposta de Agenda, compatível com as necessidades atuais do SUS.

O processo participativo adotado na construção da primeira versão da Agenda será reproduzido na formulação da nova proposta, que resultará da discussão com gestores, pesquisadores, profissionais e usuários do SUS. A iniciativa objetiva assegurar a coerência entre as prioridades de pesquisa e os novos desafios do SUS.

Mais Saúde: Direito de Todos 2008/2011

Também conhecido como PAC Saúde, o Mais Saúde: Direito de Todos 2008/2011 representa uma reorientação radical da política de saúde, objetivando potencializar ações voltadas à melhoria das condições de saúde e da qualidade de vida da população, e ainda contribuir com a aceleração do crescimento econômico do país. Trata-se de um plano decisivo para superar a idéia de que os investimentos em saúde representam apenas gastos, e consolidar o setor como um campo gerador de empregos, renda e divisas.

Lançado em fevereiro de 2007, o Mais Saúde prevê um incremento substancial no orçamento para a saúde. Entretanto, não basta acrescentar mais recursos para a prestação de serviços sem que haja uma mudança nos processos de gestão das redes e unidades assistenciais. O PAC Saúde inova ao propor modelos de gestão, como as fundações estatais. Introduz novos mecanismos de gerenciamento da assistência, aprimorando a regulação do acesso aos serviços de saúde por meio do cartão nacional de saúde e da gestão de redes e de territórios assistenciais. O Ministério da Saúde também pretende fortalecer o controle social, representado pelos conselhos de saúde e pelos mecanismos de ouvidoria e auditoria.

Sete eixos compõem o Mais Saúde. Um deles está mais diretamente relacionado à SCTIE. Trata-se do Complexo Industrial da Saúde. A inclusão desse eixo deve-se à necessidade de fortalecer o setor produtivo da saúde, tornando-o menos vulnerável ou dependente do mercado externo. A intenção é aumentar a competitividade em inovações das empresas e dos produtores públicos e privados das indústrias da saúde, promovendo um vigoroso processo de substituição de importações de produtos e insumos para a saúde e conferindo maior densidade de conhecimentos voltados às necessidades de saúde.

Pretende-se ainda com o Mais Saúde regulamentar e alterar a legislação vigente relativa a compras, para permitir o uso estratégico do poder de compra do Estado para produtos inovadores essenciais para a saúde, de forma a garantir a competitividade da produção local.

Além das ações relacionadas com Complexo Industrial da Saúde, a SCTIE, também atua no fomento à pesquisa em saúde, na avaliação de tecnologias e na gestão do conhecimento. Conheça, a seguir, as principais ações desenvolvidas pela Secretaria no cumprimento de sua missão institucional.



Inovar para crescer

O Brasil destacou-se, em 2006, com uma significativa quantidade de publicações científicas em periódicos indexados, chegando a alcançar a 15ª posição dentre os países do mundo. No campo da pesquisa, o setor que mais recebe investimentos no Brasil e no mundo - com exceção da indústria armamentista - é a saúde.

No entanto, o crescimento da produção científica no país, inclusive na saúde, não vem associado à geração de riqueza. O ranking mundial de registros de patentes depositadas nos Estados Unidos revela que o Brasil ocupa uma posição modesta, 28º lugar. Em 2006, apenas 121 patentes foram produzidas no país.

O desafio atual é traduzir o conhecimento produzido em inovações tecnológicas, que melhorem o desempenho do setor produtivo nacional, contribuindo para o desenvolvimento sustentável no campo da saúde. O Mais Saúde, em especial no eixo do Complexo Industrial da Saúde, insere-se nesse esforço.

Investindo no desenvolvimento científico e tecnológico para o SUS

A Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE) comprometeu, entre 2003 e 2007, mais de R\$ 410 milhões no fomento à pesquisa em saúde. Vale frisar que esses recursos são incrementais aos oriundos das demais áreas do Ministério da Saúde, do Ministério da Ciência e Tecnologia, do Ministério da Educação, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e das agências estaduais de fomento. Algumas dessas agências, além disso, alocaram recursos de seus orçamentos e dos Fundos Setoriais de Saúde e Biotecnologia nos projetos apoiados pela Secretaria.

A SCTIE realiza duas modalidades de fomento. Uma delas é o fomento de âmbito nacional, por meio da publicação de editais em temas prioritários para o SUS. Para esses editais, foram destinados, desde 2003, R\$ 292 milhões. Há também projetos nacionais que, dada as suas especificidades, foram contratados diretamente e mobilizaram cerca de R\$ 67 milhões.

A outra modalidade é o fomento descentralizado, por estado da federação, que, por meio do

Programa Pesquisa para o SUS: gestão compartilhada em saúde, contribui de forma importante para a redução das desigualdades regionais na área da ciência e tecnologia em saúde. Desde 2003, foram investidos cerca de R\$ 51 milhões no Programa.

Todo o processo de fomento é realizado de forma democrática, com a participação de pesquisadores, gestores e profissionais de saúde, num longo percurso que tem início com as oficinas de prioridades de pesquisa, passa pelo julgamento e contratação dos projetos, pela avaliação dos resultados alcançados e culmina com o processo de incorporação desses resultados no SUS.

O objetivo da avaliação é que o conhecimento produzido contribua para o aprimoramento das práticas de gestão do SUS e para a melhoria da situação de saúde da população brasileira. Esse processo confere transparência à gestão do fomento realizado pela SCTIE, socializa o produto aferido e promove a aproximação entre gestores e pesquisadores de saúde.

R\$ 65 milhões para pesquisas em doenças transmissíveis

O Brasil tem conseguido muitas vitórias no combate às doenças transmissíveis. A erradicação da varíola e eliminação da poliomielite, possibilitadas por meio do desenvolvimento de vacinas, são bons exemplos disso e reforçam a importância da pesquisa científica com foco nas doenças transmissíveis. Não se pode esquecer, contudo, que continuam essas doenças sendo uma relevante causa de morbi-mortalidade.

Com mais de 22% do total de pesquisas financiadas pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, a subagenda das doenças transmissíveis é a primeira em número de projetos apoiados entre 2002 e 2007. O valor investido nessa área foi da ordem de R\$ 65 milhões e os principais temas abordados foram: doenças sexualmente transmissíveis (DST) e aids; hantavirose e outras viroses; e doenças negligenciadas.

Mais de cem estudos em aids e DST

O Programa Nacional de DST/Aids é referência mundial. Suas características mais marcantes, como a universalidade, a integração entre prevenção e assistência e a garantia da atenção integral são reflexos dos princípios legais do próprio Sistema Único de Saúde. Trata-se de um bom exemplo de utilização prática do conhecimento científico em saúde em prol da população brasileira.

Essas patologias, no entanto, continuam sendo uma importante causa de morbi-mortalidade no país. Por isso, a SCTIE investe no desenvolvimento científico e tecnológico da área, sempre buscando alternativas que possam aprimorar a assistência às pessoas que vivem com aids ou têm alguma outra doença sexualmente transmissível. Até 2007, mais de cem pesquisas foram financiadas nesses temas, com recursos que ultrapassam R\$ 25 milhões. O objetivo da Secretaria é apoiar a melhoria contínua da qualidade das ações e intervenções nesse campo.

Áreas estratégicas de pesquisa

A Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE) apóia projetos relacionados aos diversos temas e linhas de pesquisa previstos na Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde (ANPPS), sendo importante considerar que muitos desses estudos são transversais e, portanto, atendem a mais de uma subagenda. A seguir, são apresentadas algumas áreas estratégicas contempladas com investimentos entre 2002 e 2007.

Doenças negligenciadas são prioridades

As doenças negligenciadas são uma prioridade para a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos que, em 2004, financiou, por meio de um edital, 33 pesquisas sobre dengue. Já em 2006, a partir de um rico processo de definição de prioridades de pesquisa, direcionou mais de R\$ 20 milhões para o financiamento de pesquisas em malária, doença de Chagas, dengue, leishmaniose, tuberculose e hanseníase.

A perspectiva é que a Secretaria, em 2008, continue oferecendo uma atenção especial a essa área, sobretudo à leishmaniose, doença que apresenta alta incidência no Brasil e que pode assumir formas graves e letais quando associada ao quadro de má nutrição e infecções concomitantes.



Arquivo MS

O que são doenças negligenciadas?

São doenças que não recebem investimentos para pesquisa por parte das indústrias farmacêuticas. Afetam milhões de pessoas nos países pobres, os quais não constituem um mercado consumidor atraente. Por isso é tão importante que o governo brasileiro invista no desenvolvimento científico e tecnológico nessa área.

São exemplos de doenças negligenciadas:

Hanseníase - O Brasil é o segundo país em número de casos novos da doença em todo o mundo, ficando atrás apenas da Índia.

Dengue - Doença que reapareceu em 1986 e vem mantendo um padrão de sazonalidade (acompanha a estação chuvosa). A forma clássica da dengue acometeu quase 440 mil pessoas em todo o país entre janeiro e julho de 2007, mesmo período em que ocorreram 926 casos de febre hemorrágica da dengue e 98 óbitos pela doença.

Leishmaniose - Noventa por cento dos casos de Leishmaniose Visceral das Américas estão no Brasil. Foram, registrados, no país, 53.780 casos no período de 1987 a 2006.

SCTIE investe em pesquisas sobre doenças não-transmissíveis

Devido às diversas transformações sociais e econômicas, ocorreram importantes mudanças no perfil epidemiológico da população brasileira nas últimas décadas. Uma delas foi o aumento da prevalência das doenças não-transmissíveis que se tornaram, a partir dos anos 60, as mais freqüentes causas de mortes no Brasil. Além disso, respondem por mais de 70% dos gastos assistenciais com a saúde no país, com tendência crescente.

Diante disso, a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos tem priorizado o investimento no desenvolvimento científico e tecnológico nessa área. Desde 2003, foram destinados aproximadamente R\$ 85 milhões para pesquisa em doenças não-transmissíveis. É a segunda subagenda da Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde no que se refere ao número de projetos financiados (17% do total). São exemplos de doenças não-transmissíveis: cardiopatias, neoplasias, hemopatias, nefropatias agudas, hipertensão arterial e diabetes.

ELSA Brasil: o maior estudo epidemiológico da América Latina

O Estudo Longitudinal de Saúde do Adulto (ELSA Brasil), que envolverá cerca de 15 mil pessoas, tem como objetivo principal descobrir os fatores determinantes da predisposição para hipertensão e diabetes. A amostra populacional, formada por pessoas com idades entre 35 e 74 anos, será acompanhada por duas a três décadas. Realizado em parceria com a Finep, o ELSA Brasil conta com a participação de sete instituições de ensino e pesquisa: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade de São Paulo (USP) e Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).



Radilson Carlos/PNH/MS

Pesquisa revelará perfil de saúde de mulheres e crianças



Radilson Carlos/PNH/MS

Com o objetivo de reunir informações que permitam elaborar indicadores demográficos e de saúde e nutrição das mulheres em idade fértil e de crianças menores de cinco anos, o Ministério da Saúde investiu R\$ 7,7 milhões na Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS). Os recursos são provenientes das secretarias de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos e de Atenção à Saúde.

Foram entrevistadas 15 mil mulheres com idades de 15 a 49 anos e cinco mil crianças, em 674 municípios brasileiros. A perspectiva é que os resultados sejam divulgados ainda no primeiro semestre de 2008. Os dados obtidos por meio da PNDS contribuirão para o aprimoramento das políticas públicas e serão compartilhados com a comunidade acadêmica, gestores e profissionais de saúde, além da sociedade civil.

A pesquisa foi viabilizada por meio da parceria entre o Ministério da Saúde, o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) e quatro instituições de ensino superior, responsáveis pela análise dos dados: Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade de São Paulo, Universidade Estadual de Campinas e Universidade Federal de Pernambuco.

Pesquisas avaliam a Política de Saúde Mental

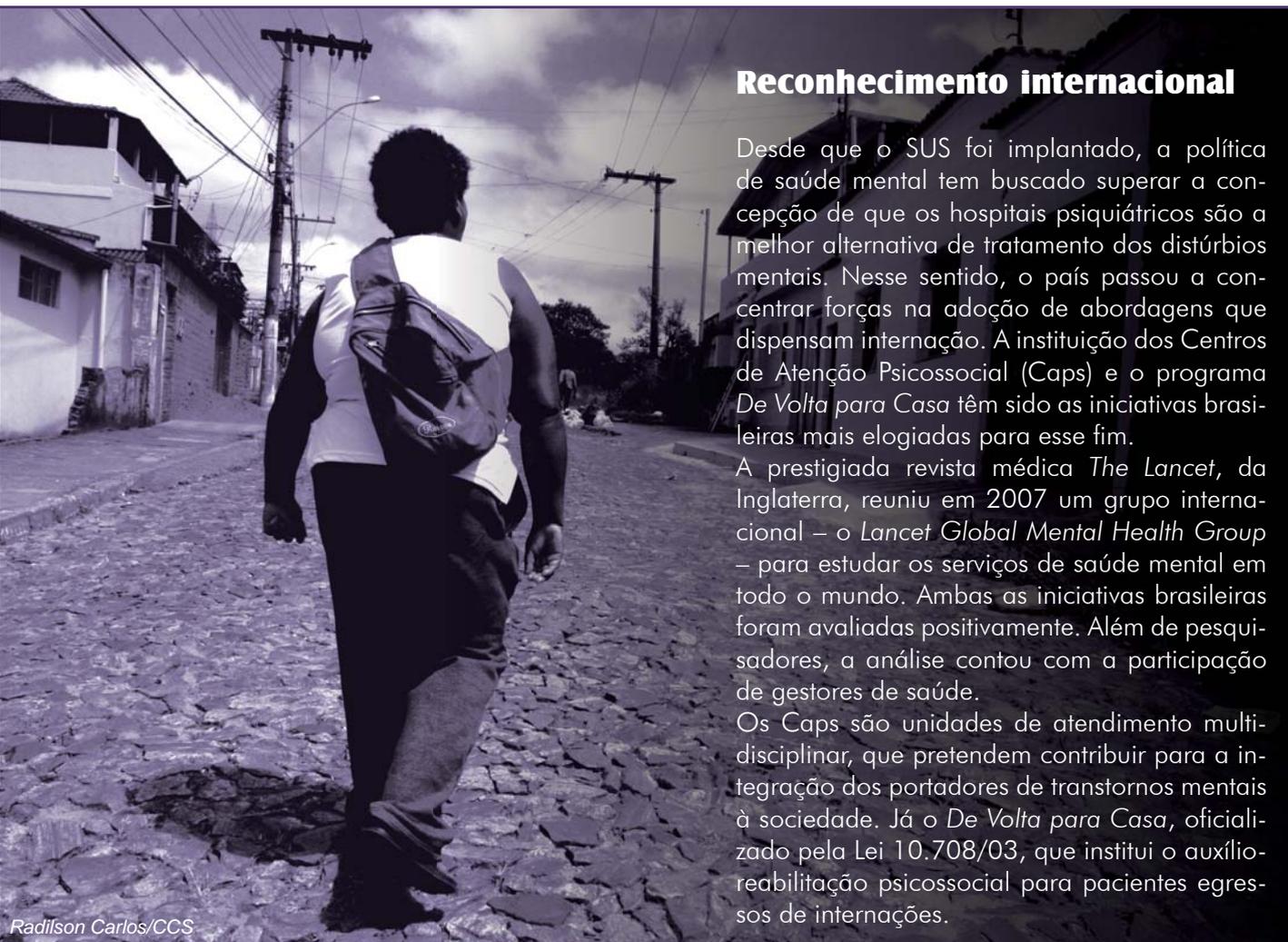
Estimativa feita pela Organização Mundial da Saúde (OMS) revela que, em 2020, nos países ocidentais, os transtornos mentais serão a principal causa da perda de anos de vida com boa saúde. No Brasil, esses males já ocupam o primeiro lugar entre as causas de aposentadoria por invalidez. A produção científica contribui para o fortalecimento das políticas voltadas para a prevenção, o tratamento e a reabilitação psicossocial das pessoas portadoras de transtornos mentais.

Foi com o intuito de fortalecer a pesquisa em saúde mental, que a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos fomentou, entre 2003 e 2007, mais de 90 projetos com recursos de aproximadamente R\$ 9 milhões. Em 2005, foi lançado um edital específico que financiou 22 pesquisas.

Há estudos, em fase de conclusão, para avaliar a efetividade dos Centros de Atenção Psicossocial (Caps), serviços estratégicos para a mudança

do modelo assistencial preconizado pela Lei Federal nº 10.216/2001, que dispõe sobre os direitos das pessoas com transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial de atenção em saúde mental. Esses serviços tiveram uma considerável expansão a partir do ano de 2002, quando foram criados mecanismos de financiamento próprios, para além dos tetos financeiros municipais e estaduais. Estão também em curso investigações sobre os tratamentos para transtorno do pânico, esquizofrenia, depressão e ansiedade, e análises da saúde mental em vítimas e autores de violência.

Os resultados parciais desses projetos, aliados à necessidade de mais esforços investigativos e ao interesse de cientistas em pesquisar o tema, motivaram a proposta de nova rodada de financiamento em 2008. A expectativa é que tal iniciativa contribua para o fortalecimento da Política Nacional de Saúde Mental e de grupos de pesquisa na área.



Reconhecimento internacional

Desde que o SUS foi implantado, a política de saúde mental tem buscado superar a concepção de que os hospitais psiquiátricos são a melhor alternativa de tratamento dos distúrbios mentais. Nesse sentido, o país passou a concentrar forças na adoção de abordagens que dispensam internação. A instituição dos Centros de Atenção Psicossocial (Caps) e o programa *De Volta para Casa* têm sido as iniciativas brasileiras mais elogiadas para esse fim.

A prestigiada revista médica *The Lancet*, da Inglaterra, reuniu em 2007 um grupo internacional – o *Lancet Global Mental Health Group* – para estudar os serviços de saúde mental em todo o mundo. Ambas as iniciativas brasileiras foram avaliadas positivamente. Além de pesquisadores, a análise contou com a participação de gestores de saúde.

Os Caps são unidades de atendimento multidisciplinar, que pretendem contribuir para a integração dos portadores de transtornos mentais à sociedade. Já o *De Volta para Casa*, oficializado pela Lei 10.708/03, que institui o auxílio-reabilitação psicossocial para pacientes egressos de internações.

Em busca da redução da violência e dos acidentes

As violências e os acidentes são fontes de grande preocupação para a saúde. Além de configurarem uma das maiores causas de mortalidade no país, suas conseqüências acarretam altos custos para o SUS. Somente com internações foram gastos em 2004 aproximadamente R\$ 349 milhões. Diversas ações do Ministério da Saúde têm como propósito a redução de agravos e mortes causados por violência e acidentes. O apoio ao desenvolvimento de estudos é um elemento importante desses esforços.

Entre 2003 e 2006, a SCTIE direcionou cerca de R\$ 7 milhões para o apoio a mais de 100 projetos. No edital específico sobre violência, acidentes e trauma, lançado em 2004, foram contempladas 61 pesquisas. O impacto positivo da iniciativa pôde ser observado no Seminário de Avaliação Final do edital, realizado em 2007, quando foram apresenta-

dos resultados significativos, entre os quais pedidos de patentes e o mapeamento da violência em todas as regiões do país.

As ações do Ministério da Saúde, aliadas a outras iniciativas de âmbito federal e local, têm contribuído para a redução dos acidentes e violências. O Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros 2008 – realizado pela Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana, o Instituto Sangari, o Ministério da Saúde e o Ministério da Justiça – aponta quedas nas taxas de homicídios da ordem de 3% entre 2003 e 2006. Já as taxas de óbito causado por acidentes de trânsito (em cada 100 mil habitantes) experimentaram uma queda de 4,3% entre 1996 e 2006. O fomento a pesquisas é fundamental para compreender esses fenômenos, subsidiar políticas preventivas e dar continuidade a essa redução.

Para superar a vulnerabilidade tecnológica

Nos últimos anos, o Brasil se tornou mais dependente dos países estrangeiros no que diz respeito ao acesso a novos fármacos e medicamentos, equipamentos de saúde, materiais (órteses e próteses), hemoderivados, vacinas e insumos para diagnóstico de doenças. O déficit acumulado passou de aproximadamente US\$ 700 milhões ao ano, no final dos anos 80, para um patamar superior a US\$ 5 bilhões em 2007. Além da dependência das importações, a pouca articulação entre os setores público e privado, a alta defasagem tecnológica, as oscilações do mercado financeiro internacional e as estratégias competitivas globais, nem sempre compatíveis com os interesses nacionais, deixam a política nacional de saúde em situação vulnerável.

O papel da SCTIE no desenvolvimento e apoio a ações que contribuam para o fortalecimento do sistema nacional de inovação é fundamental para reverter esse quadro. Com objetivo de promover o fortalecimento e modernização dos produtores estratégicos do Complexo Produtivo da Saúde, foram elaborados, em 2007, dois programas de fomento a produção e inovação no âmbito do SUS. O primeiro, denominado Programa Nacional de Fomento à Produção Pública e Inovação no Complexo Industrial da Saúde, é dirigido ao conjunto de produtores

públicos de medicamentos, imunobiológicos e hemoderivados, considerados, por suas características e relevância estratégica, prioritários para investimento e implementação de ações voltadas ao desenvolvimento do Complexo Industrial da Saúde. O segundo, Programa Nacional para Qualificação, Produção e Inovação em Equipamentos e Materiais de Uso em Saúde no Complexo Industrial da Saúde, tem como público alvo a indústria de produtos médicos.

Os dois programas vêm ao encontro de uma série de prioridades estabelecidas por um conjunto de políticas nacionais estratégicas para o país, com destaque para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), a Política de Desenvolvimento da Biotecnologia e a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. Os programas serão executados pela SCTIE de forma integrada e coordenada com as instâncias do Ministério da Saúde mais envolvidas com o tema, especialmente as áreas responsáveis pelas ações de atenção à saúde e assistência farmacêutica, aliando as demandas tecnológicas e prioridades do SUS com as demandas dos mercados-alvo do setor produtivo.

Além disso, até 2007, mais de cem projetos foram financiados, em um valor aproximado de R\$ 117 milhões. Confira, a seguir, alguns desses projetos.

Marcapasso brasileiro

Com financiamento de aproximadamente R\$ 1,7 milhão, encontra-se em curso o projeto que visa a criação de um marcapasso brasileiro. O aparelho é indicado para pessoas com arritmia cardíaca - alteração no ritmo dos batimentos do coração - que pode levar à morte. O grupo, formado pelo Genius Instituto de Tecnologia, a Dixtal Biomédica e a Divisão de Bioengenharia do Instituto do Coração (Incor/USP), já concluiu o desenvolvimento do chip que integrará o equipamento. Desde 2007, está em desenvolvimento o protótipo industrial. Depois disso, ainda será necessário miniaturizar o protótipo e dar início aos testes clínicos para confirmar sua eficácia.

A produção nacional de marcapassos é de grande relevância para Brasil. Na década de 1970, o Brasil chegou a dominar a tecnologia de fabricação do aparelho, mas a indústria brasileira enfrentou dificuldades para manter o ritmo de desenvolvimento tecnológico, e o país passou a importar o produto. Somente em 2005, o Brasil importou 18 mil aparelhos para o Sistema Único de Saúde, ao custo de R\$ 165 milhões. A conclusão do projeto tornará o país menos vulnerável.

O desenvolvimento do marcapasso brasileiro também conta com o apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e com a participação de pesquisadores de universidades do Brasil e do Uruguai.

Fármacos vindos do mar

Apesar da enorme biodiversidade marinha brasileira, estudos com algas para fabricação de fármacos e cosméticos ainda são incipientes no país. O edital, lançado em 2006, destinou R\$ 2,9 milhões para apoiar projetos de pesquisa e inovação com esse fim. Quatro estudos estão sendo desenvolvidos pelas universidades federais de Minas Gerais, Paraíba, Rio de Janeiro e pela Universidade de São Paulo. As pesquisas têm como objetivo investigar nas algas a presença de substâncias bioativas com potencial antioxidante, antibiótico e antiinflamatório e com capacidade de absorção da radiação ultravioleta.

Para melhorar a qualidade dos implantes ortopédicos

Estão entre os objetivos da Rede Multicêntrica de Avaliação de Implantes Ortopédicos (Remato), a melhoria da qualidade e o aumento da durabilidade dos implantes ortopédicos utilizados no país, a fim de evitar que os pacientes tenham de se submeter a uma segunda cirurgia para substituir o material devido à má qualidade, ao desgaste e à falta de resistência.

A rede recebeu mais de R\$ 13 milhões para o financiamento de 15 projetos de pesquisa, que visam instalar a capacidade nacional para a avaliação de implantes ortopédicos.

Com a iniciativa, espera-se a redução dos gastos no sistema de saúde. Em 2004, ano anterior ao lançamento do edital, foram destinados cerca de R\$ 103 milhões aos implantes ortopédicos.

Bioprodutos de uso terapêutico

Produzir medicamentos nacionais utilizando substâncias encontradas na fauna e na flora brasileiras é uma estratégia importante para redução da dependência do Brasil em relação à importação de insumos farmacêuticos. Oito projetos de pesquisa selecionados em uma chamada pública realizada em 2005 pelos ministérios da Saúde e da Ciência e Tecnologia têm essa finalidade. Foram alocados recursos da ordem de R\$ 7 milhões.

As pesquisas estão investigando a aplicação do extrato de boldo para a produção de analgésico e antiinflamatório, a atividade analgésica do veneno de cascavel típica do Centro-Oeste, a utilização da planta popularmente conhecida como pata-de-vaca no tratamento do diabetes, e o uso de diferentes plantas no desenvolvimento de fármacos para o tratamento de câncer, asma, depressão e doença de Alzheimer.

Produção nacional de derivados do sangue

O Ministério da Saúde gasta em torno de US\$ 120 milhões com a importação de hemoderivados para atender os pacientes do SUS. Destacam-se os fatores de coagulação sanguínea VIII e IX, utilizados no tratamento das pessoas portadoras de hemofilia A e B, respectivamente. Entre as estratégias do país na busca por sua auto-suficiência, está a produção nacional de concentrados desses fatores. Nesse sentido, a SCTIE fomentou três pesquisas sobre desenvolvimento de fatores VIII e IX da coagulação sanguínea, que, juntas, contaram com recursos da ordem de R\$ 1,8 milhão.

As pesquisas com hemoderivados possuem um diferencial que aumenta sua complexidade: sua matéria-prima natural, o plasma humano, é obtida com doações de sangue. A produção de fatores de coagulação sanguínea por meio da recombinação genética, uma alternativa ao uso de plasma humano, está entre os objetivos dos projetos fomentados.



Arquivo Fiocruz

Auto-suficiência em vacinas

O Programa Nacional de Competitividade em Vacinas (Inovacina), instituído pelo Ministério da Saúde em 2006, tem por finalidade conferir ao Brasil auto-suficiência na fabricação das vacinas. A expectativa é que já em 2008 o país produza 100% das doses que utiliza contra a poliomielite.

Resultado de um amplo processo de discussão envolvendo gestores, produtores e acadêmicos, o Inovacina é desenvolvido pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), em parceria com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), a Fundação Ataulpho de Paiva, o Instituto Butantan e o Instituto de Tecnologia do Paraná.

A SCTIE fomentou três projetos com um valor total superior a R\$ 14 milhões, visando desenvolver ou aperfeiçoar vacinas prioritárias para o Programa Nacional de Imunizações – como a pentavalente (contra difteria, tétano, coqueluche, hepatite B e *Haemophilus influenzae*) e imunizantes contra meningite meningocócica, hepatite A, leishmaniose canina e raiva.

Novos fármacos e kits diagnósticos

A SCTIE lançou, em 2006, uma chamada pública para apoio a projetos de pesquisa em fármacos, medicamentos, insumos, equipamentos e kits diagnósticos. O objetivo foi estimular a produção nacional competitiva de produtos terapêuticos e de diagnóstico de doenças negligenciadas ou de grande impacto econômico no sistema público de saúde, como aids, hepatites virais, toxoplasmose, rubéola, doença de Chagas, herpes, sarampo, sífilis, dengue, tuberculose, leishmaniose, leptospirose e malária. Foram contemplados 28 projetos, que receberam recursos superiores a R\$ 56 milhões.

Produção pública de medicamentos

Desde 2003, a SCTIE vem investindo em projetos de reforma, ampliação e modernização de áreas destinadas à produção e controle de qualidade, bem como aquisição de máquinas e equipamentos dos produtores públicos de medicamentos, atingindo em 2007 investimentos superiores a R\$320 milhões.

Desenvolvimento ou transferência de tecnologias

Estão em andamento acordos relacionados à produção dos seguintes insumos estratégicos: alfainterferona 2b, eritropoetina, peginterferona, insulina NPH, hemoderivados, efavirenz, vacina contra rotavírus, vacina contra meningite C conjugada, vacina quadrivalente contra HPV, vacina contra pneumococo.

Células-tronco auxiliam no tratamento de cardiopatias

As pesquisas com células-tronco adultas têm proporcionado esperança a pacientes portadores de diversas doenças. No Brasil, os estudos mais avançados com esse tipo de células envolvem as cardiopatias. Estudos nessa área já passaram pela fase laboratorial e animal e partem agora para as pesquisas clínicas. Nesse sentido, a SCTIE está financiando o Estudo Multicêntrico Randomizado de Terapia Celular em Cardiopatias (EMRTCC), um projeto inovador e que assume muitos desafios.

Esse estudo será fundamental para comprovar a eficácia já sugerida por pesquisas isoladas, bem como avaliar a aplicabilidade e a futura substituição dos tratamentos tradicionais por essas terapias no Sistema Único de Saúde. Seu objetivo é avaliar a eficácia do implante autólogo de células-tronco da medula óssea em 1.200 pacientes brasileiros com as seguintes cardiopatias: cardiomiopatia dilatada, cardiopatia chagásica, cardiopatia isquêmica e infarto agudo do miocárdio. Coordenado pelo Instituto Nacional de Cardiopatias de Laranjeiras, o EMRTCC recebeu um investimento do Ministério da Saúde da ordem de R\$ 13 milhões.

Contribuição para a superação das desigualdades regionais em C&T na saúde

O Programa Pesquisa para o SUS: gestão compartilhada em saúde – PPSUS tem três objetos principais: fomentar pesquisas cujos resultados sejam aplicáveis ao SUS; fortalecer a capacidade de gestão da política científica e tecnológica em saúde nos estados da federação; e contribuir para a superação das desigualdades regionais em ciência e tecnologia em saúde, atendendo às estratégias da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde

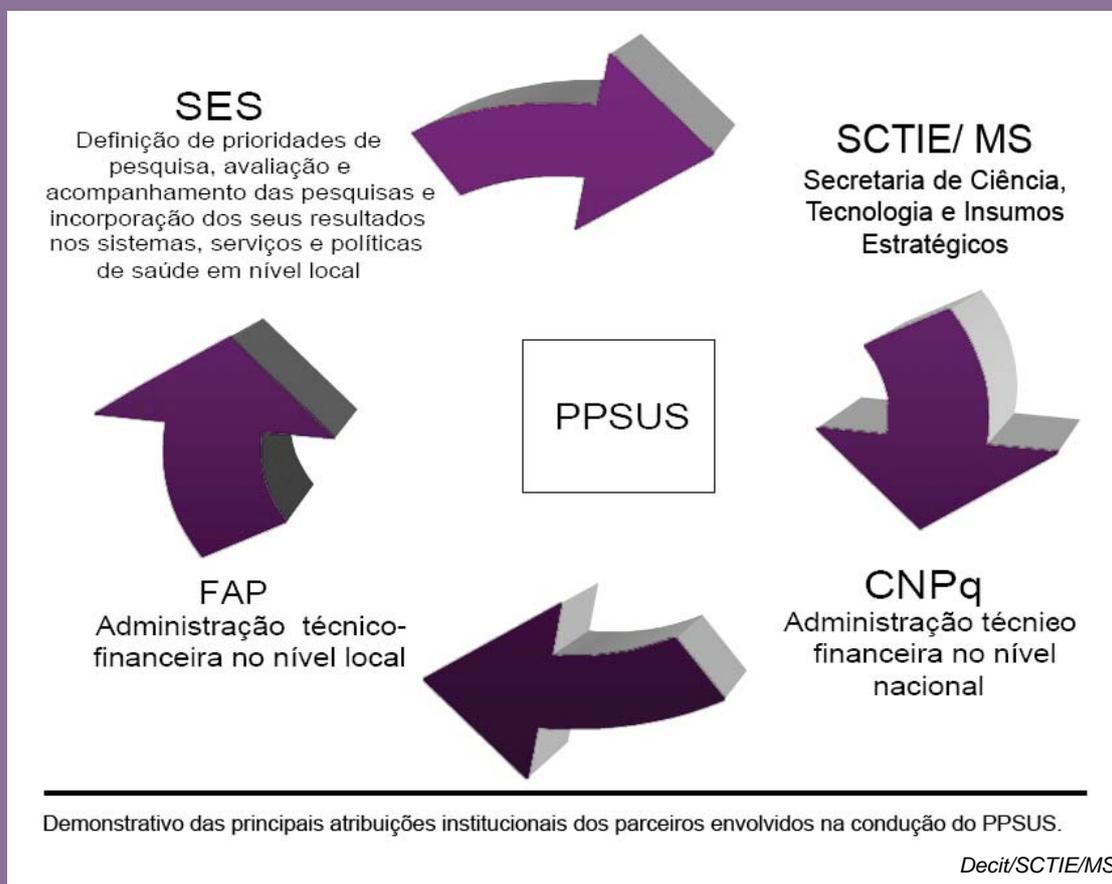
Para isso, o PPSUS financiou, até 2007, mais de mil projetos de pesquisa, com recursos superiores a R\$ 51 milhões. O Programa também exerce um papel importante no aumento do número de mestres e doutores em saúde e na formação de uma cultura científica nos estados.

Uma conquista do Programa é o aumento da participação dos estados no investimento em ciência e tecnologia para a saúde. Prova disso é que a contrapartida financeira dos estados – um dos aspectos fundamentais do PPSUS – vem se ampliando de forma significativa. A participação estadual dobrou, passando de aproximadamente R\$ 6,5 milhões no biênio 2004/2005 para mais de R\$ 13 milhões em 2006/2007.

O Ministério da Saúde, financiador nacional do Programa, conta com parcerias no âmbito federal, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); e no âmbito estadual, as fundações de amparo à pesquisa (FAPs) e as secretarias de saúde (SES) e de ciência e tecnologia. O CNPq desempenha um importante papel no desenvolvimento do PPSUS em nível nacional, fornecendo apoio político, técnico e administrativo. Já as FAPs atuam como agentes executores em seus estados. Juntamente com as SES, participam de todas as etapas operacionais, desde a definição das linhas prioritárias de pesquisa, até a avaliação final dos projetos.

A avaliação das pesquisas visa comparar os resultados alcançados com os objetivos originalmente propostos. Trata-se de um processo participativo que envolve pesquisadores, gestores e consultores externos. Os primeiros seminários de avaliação final do PPSUS foram realizados em 2007, em nove estados, com a apresentação de mais de 150 projetos de pesquisa contratados no biênio 2004/2005.

O Programa foi considerado pelo Conselho Nacional das FAPs como a melhor iniciativa em curso que envolve a parceria entre entes federal e estaduais.



Avaliação de tecnologias em saúde: importante ferramenta de gestão

Em um contexto pautado pela contínua elevação de gastos, pela crescente produção de conhecimento e pelas mudanças no perfil epidemiológico das populações, os gestores são pressionados por usuários, profissionais de saúde, juízes e promotores e representantes da indústria para a rápida incorporação de novos produtos e processos no Sistema Único de Saúde. Isso torna a avaliação de tecnologias em saúde (ATS) uma ferramenta cada vez mais importante para os gestores do setor.

A ATS subsidia a tomada de decisão, evitando três grandes problemas: o uso de tecnologias que não dispõem de eficácia comprovada; de outras sem efeito ou com efeitos negativos; e a não utilização de tecnologias eficazes.

Para abranger todas as variáveis implicadas nesse tipo de tomada de decisão, o processo avaliativo deve contemplar não apenas a pesquisa clínica (o estudo das conseqüências clínicas), mas também a análise das repercussões ética, financeira e social da utilização das tecnologias.

O Ministério da Saúde, com o objetivo de atender a demanda dos gestores por informações confiáveis, tem se empenhando para o fortalecimento institucional da ATS. Quatro marcos registram esse esforço.

Em 2003, foi instituído o Conselho de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (CCTI). Coordenado pela SCTIE, o órgão tem como atribuições implantar a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde, definir diretrizes e promover a avaliação de novos produtos e processos.

No âmbito do CCTI, foi formado o Grupo de Trabalho Permanente em Avaliação de Tecnologias em Saúde (GT ATS) para organizar e acompanhar as atividades de ATS de interesse para o SUS. O GT envolve todas as secretarias do Ministério, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems).

Em 2005, o Departamento de Ciência e Tecnologia criou a Coordenação-Geral de Avaliação de Tecnologias em Saúde, com a atribuição de implementar, monitorar e difundir a ATS no SUS. Desde então, a coordenação emitiu cerca de 60 notas técnicas sobre tecnologias e liderou o processo de definição das Diretrizes Metodológicas para Elaboração de Pareceres Técnico-Científicos para o Ministério da Saúde. Além disso, foram promovidos, em

parceria com a Secretaria de Atenção à Saúde, sete cursos de pós-graduação em gestão de tecnologias em saúde, para a formação de cerca de 50 especialistas e 120 mestres.

Em 2006, o Decit se tornou membro da Rede Internacional de Agências de Avaliação de Tecnologias em Saúde (INAHTA) e participou de fóruns internacionais que subsidiaram a estruturação da área na SCTIE. Essa cooperação internacional, por meio do Decit, representa um grande passo do Ministério da Saúde no sentido de ampliar o acesso dos gestores às melhores evidências científicas para subsidiar as tomadas de decisão.

No mesmo ano, foi constituída a Comissão para Incorporação de Tecnologias (Citec), responsável por gerenciar o processo de incorporação de tecnologias, elaborando rotinas, fluxos e recomendações para tomada de decisões, e estimulando a formulação de protocolos clínicos. A Comissão funciona sob a coordenação da Secretaria de Atenção à Saúde (SAS).

O que são tecnologias em saúde?

Segundo a Portaria nº 2.510/GM de 19 de dezembro de 2005, consideram-se tecnologias em saúde: medicamentos; materiais, equipamentos e procedimentos; sistemas organizacionais, educacionais, de informações e de suporte; e programas e protocolos assistenciais, por meio dos quais a atenção e os cuidados em saúde são prestados à população.

Política Nacional de Gestão de Tecnologias em Saúde

O Ministério da Saúde, por meio da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, coordenou a elaboração de uma proposta para Política Nacional de Gestão de Tecnologias em Saúde. O documento é resultado de discussões realizadas no âmbito de uma comissão, criada especialmente com essa finalidade em 2005, e de uma consulta pública, feita em 2006.

A Política tem como objetivo “maximizar os benefícios de saúde a serem obtidos com os recursos disponíveis, assegurando o acesso da população a tecnologias efetivas e seguras, em condições de equidade”.

Redes de Conhecimento em pesquisa clínica e ATS

Para aproximar a pesquisa clínica das prioridades do SUS, uma ação conjunta dos ministérios da Saúde e da Ciência e Tecnologia implantou, em 2005, a Rede Nacional de Pesquisa Clínica em Hospitais de Ensino. Foram reservados R\$ 35 milhões para a Rede, que pretende padronizar o desenvolvimento de todas as fases de ensaios clínicos de fármacos, procedimentos, equipamentos e dispositivos para diagnósticos.

Atualmente, conta com 19 instituições das cinco regiões do país. Um novo edital para a ampliação da Rede será lançado em 2008. A meta é ampliá-la para cerca de 30 integrantes.

Além disso, o Ministério da Saúde tem liderado a criação da Rede Brasileira de ATS (Rebrats), que organizará a demanda e a execução de estudos, evitando a duplicação de esforços e contribuindo para a definição de prioridades de avaliação.

R\$ 12,5 milhões para novos estudos em pesquisa clínica e ATS

O Ministério da Saúde e o Ministério da Ciência e Tecnologia destinaram, em 2007, aproximadamente R\$ 12,5 milhões para estudos de avaliação de tecnologia em saúde, incluindo pesquisas clínicas.

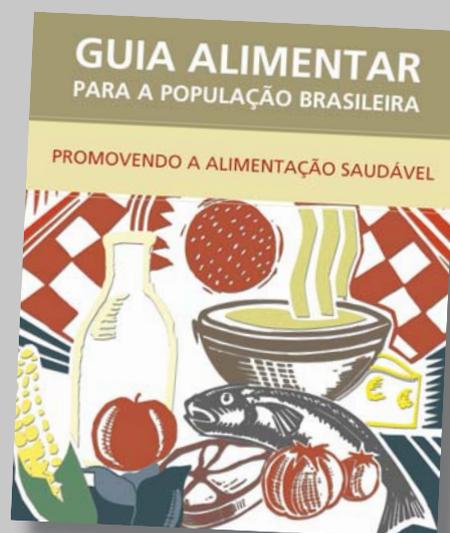
Para a realização desses estudos, foi feita uma chamada pública que selecionou nove projetos sobre três assuntos: a efetividade das técnicas cirúrgicas para obesidade mórbida, o custo-efetividade de insulinas análogas à humana para diabetes tipo I e a eficácia das terapias disponíveis para as leishmanioses visceral e tegumentar.

Foi lançado também um edital, que contemplou 22 estudos em quatro temas: custo-efetividade das estratégias para tratamento supervisionado da tuberculose; impacto das ações judiciais na Política Nacional de Assistência Farmacêutica; custo-efetividade de medicamentos de alto custo para hepatite B crônica, dislipidemias e artrite reumatóide; e monitoramento de intervenções de alta complexidade em cardiologia.

Obesidade

Um dos temas que recebeu maior investimento para pesquisa clínica foi a obesidade. O recurso para os três estudos selecionados foi de cerca de R\$ 5 milhões.

A doença atinge mais de 300 milhões de adultos no mundo, segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS). No Brasil, a questão já é tratada como um problema de saúde pública. Pesquisa realizada pela Universidade de Brasília indica que existiam, em 2003, 609 mil brasileiros acima de 20 anos acometidos pela obesidade mórbida, forma mais grave da doença. E que, nas últimas três décadas, a incidência da obesidade mórbida na população brasileira nessa faixa etária aumentou 255%. Em 1974/1975, havia 0,18% de pessoas obesas, já em 2002/2003, essa proporção aumentou para 0,64%.



Gestão de Conhecimento em Saúde

Dada a complexidade das organizações de saúde, seus gestores precisam de informações válidas, confiáveis e atualizadas para decidir de forma consciente. A pesquisa científica é uma fonte importante de informações desse tipo.

A utilização do conhecimento científico não é, todavia, um processo simples. Há uma série de fatores permeando a relação entre ciência e gestão que precisa ser observada para se compreender como os gestores podem se beneficiar da produção científica.

Esses fatores relacionam-se tanto à produção de pesquisas e aos pesquisadores, quanto ao processo de tomada de decisão técnica e política e aos gestores.

Em 2007, o Departamento de Ciência e Tecnologia criou a Coordenação-Geral de Gestão do Conhecimento, que tem como missão promover a utilização do conhecimento científico pelos gestores, profissionais e sociedade.

O conhecimento disponível tem sido traduzido em linguagem não especializada e amplamente veiculado para ter sua acessibilidade aumentada. Já foram produzidos doze boletins com os principais resultados de cerca de 240 pesquisas concluídas. Os boletins são enviados a gestores da saúde, da ciência e tecnologia e representantes da comunidade acadêmica.

A SCTIE vem trabalhando para ampliar e adaptar o processo de divulgação do conhecimento às diferentes realidades do SUS. Prova disso é a participação dos gestores das três esferas do SUS na definição das prioridades de pesquisas e nos seminários de avaliação.

Os resultados dos primeiros estudos financiados pela SCTIE começaram a ser conhecidos em 2007. Para facilitar a incorporação do conhecimento gerado, a Secretaria realiza regularmente seminários de avaliação de pesquisas, envolvendo gestores, profissionais e pesquisadores.

A estratégia central de estímulo à utilização dos resultados de pesquisa na gestão adotada pela

SCTIE é a aproximação continuada entre pesquisadores e gestores, em um contexto que promove o debate franco entre esses atores e o acesso à informação por canais e linguagens adequadas.

A Secretaria reconhece a complexidade dessa tarefa, que, aliás, é um desafio em todo o mundo. No entanto, a compreensão de que os avanços científicos adquirem maior valor quando produzem algum benefício prático à população motiva a SCTIE a trabalhar para alcançar seus objetivos no que tange à gestão do conhecimento.

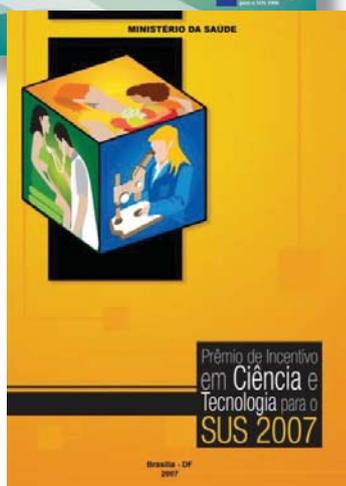
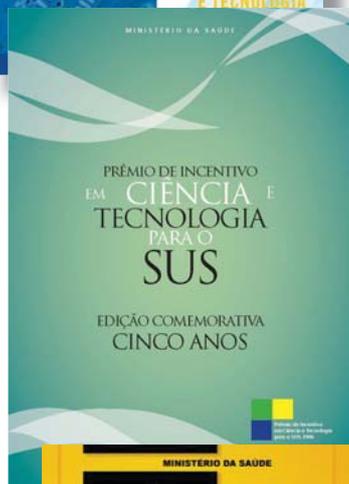
Uma ação importante em 2007 foi a realização do evento Pesquisa para Saúde: desenvolvimento e inovação para o SUS, ocorrido em Brasília. Foi um momento de ricos debates sobre a situação atual e as perspectivas da ciência, tecnologia e inovação em saúde no Brasil. Antes do evento, foram realizados encontros de redes, oficinas de avaliação de resultados de pesquisa, um seminário internacional de avaliação de tecnologias em saúde e um seminário sobre disseminação de informações científicas. A discussão sobre a disseminação científica envolveu representantes da revista Ciência Hoje On-line, do Portal Scidev.net, do Canal Saúde/Fiocruz, entre outros.

Destaca-se também a cooperação com instituições como o Conass, o Conasems, o Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (Bireme) e a Fiocruz, que tem sido de grande importância para aproximar os gestores da informação científica.

Além disso, a SCTIE participa de projetos internacionais de disseminação científica, com destaque para o *Evidence-Informed Policy Network* (EVIP-Net), rede coordenada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) que propõe estratégias para estimular a cultura de utilização de evidências científicas entre os gestores.

Confira outros projetos que a SCTIE realiza e que cumprem um papel importante na divulgação científica.





Prêmio de Incentivo em Ciência e Tecnologia para o SUS

Criado em 2002, o Prêmio é um instrumento de incentivo à produção científico-tecnológica destinada ao SUS. Além de reconhecer o mérito científico dos pesquisadores, o Prêmio amplia a divulgação dos resultados das pesquisas, favorecendo sua incorporação pelos serviços de saúde públicos e privados.

Até 2007, foram premiados 23 trabalhos e 115 receberam menção honrosa, enfocando variados temas, entre eles: doenças negligenciadas; saúde bucal; medicamentos; saúde da mulher, da criança, do idoso e da família; gestão da saúde; e desenvolvimento e inovação tecnológica. No ano de 2007, 335 trabalhos foram inscritos nas quatro categorias do Prêmio: doutorado, trabalho publicado, mestrado e monografia. A intenção é realizar, em 2008, uma edição comemorativa do Prêmio, enfocando os 20 anos do SUS.

Eventos científicos contribuem para a disseminação do Conhecimento

Lançada semestralmente, a chamada pública de Apoio a Eventos Científicos em Saúde é outra iniciativa que contribui para a disseminação de novos conhecimentos. A demanda por apoio, em 2007, foi de 290 propostas na primeira chamada e de 197 na segunda, totalizando 487 propostas. Nas duas chamadas, a SCTIE financiou um total de 54 congressos, seminários, encontros, jornadas, conferências e simpósios. Desde 2003, R\$ 6,9 milhões já foram destinados ao apoio de 164 eventos.

Os próximos editais recomendarão que em todos os eventos haja a participação tanto de pesquisadores e professores, quanto de gestores e profissionais do SUS. A novidade facilitará o intercâmbio de experiências entre acadêmicos e gestores e aproximará as duas comunidades.

Sistema de Informação de Ciência e Tecnologia em Saúde (SISC&T)

O Sistema integrará todas as informações sobre projetos apoiados pela SCTIE. A ferramenta, que se encontra em fase de construção, terá as seguintes funcionalidades: cadastro de editais, projetos de pesquisa, usuários, pesquisadores, consultores e instituições de pesquisa; acompanhamento das pesquisas; avaliação dos projetos; e divulgação dos resultados.

Além de otimizar o gerenciamento das ações de fomento e de avaliação de tecnologias, o SISC&T será um instrumento de gestão do conhecimento, estimulando a apropriação da produção científica por gestores, pesquisadores e sociedade.

Outra vantagem do Sistema será a disponibilização das informações na Internet, o que assegurará a transparência da aplicação dos recursos financeiros da SCTIE e sua adequação à Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde.

Sistema de Informação de Ciência e Tecnologia em Saúde - Windows Internet Explorer

Ministério da Saúde
Sistema de Informação de Ciência e Tecnologia em Saúde - versão 1.0.4

SISC&T

Quarta-feira, 19 de Março de 2006

Prêmio de Incentivo em Ciência e Tecnologia para o SUS

O Prêmio de Incentivo em Ciência e Tecnologia para o SUS, lançado pelo Ministério da Saúde em 2002, visa estimular a produção científica voltada às necessidades do Sistema Único de Saúde (SUS). A premiação é uma forma de reconhecimento à comunidade científica por seu imprescindível papel no desenvolvimento social e econômico do país.

Essa iniciativa integra um conjunto de ações desenvolvidas pelo Ministério da Saúde, no sentido de implementar as estratégias da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (PNCTIS) e a Agência Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde (ANPPS), ambas definidas na 2ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, em 2004.

Anualmente, são 24 contemplados, sendo um premiado e cinco menções honrosas em cada categoria. Para mais informações acesse o [hot site](#).

Selecione o edital para mais informações:

Regulamento:

Estão aptos a participar do Prêmio de Incentivo em Ciência e Tecnologia para o SUS - 2008 pesquisadores, estudiosos e profissionais de saúde e áreas afins, com trabalhos aprovados em banca ou publicados no período de **1º de junho de 2006 a 17 de junho de 2008**, nas seguintes categorias:

1. Tese de Doutorado;
2. Dissertação de Mestrado;
3. Trabalho publicado (texto completo) em revista científica indexada;
4. Monografia de especialização ou residência.

Login:

E-mail:

Senha:

Para ser um novo pesquisador Clique aqui para se cadastrar.
Esqueci minha senha de acesso Clique aqui para o envio.

Ministério da Saúde - DATASUS

Sistema de Informação de Ciência e Tecnologia em Saúde - Windows Internet Explorer

Ministério da Saúde
Sistema de Informação de Ciência e Tecnologia em Saúde - versão 1.0.4

SISC&T

Quarta-feira, 19 de Março de 2006

Pesquisa para o SUS - Pesquisa e Saúde para a População Brasileira

O Ministério da Saúde, por intermédio do Departamento de Ciência e Tecnologia (DeCT), da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE), dissemina o fomento descentralizado à pesquisa nos estados, por meio do Programa Pesquisa para o SUS: gestão compartilhada em saúde (PPSUS). Para isso, são repassados recursos financeiros às fundações de amparo à pesquisa (FAPs) e demais instituições estaduais de fomento à pesquisa que, em parceria com as respectivas secretarias estaduais de saúde (SES), publicam editais para seleção de projetos relevantes para o Sistema Único de Saúde (SUS).

Em 2006, a maioria dos estados brasileiros participaram do Programa Pesquisa para o SUS. Os editais para fomento à pesquisa são baseados em instrumentos formais para definição de prioridades, tais como: a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde, a Agência Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde, oficinas de trabalho para definição de prioridades e as vocações regionais de pesquisa em saúde. Essa iniciativa traz como componente fundamental a gestão compartilhada de ações. A parceria entre instituições estaduais de saúde e de ciência e tecnologia, além de promover a integração entre os dois setores, permite o desenvolvimento científico e tecnológico em saúde, voltado para as necessidades reais da população.

Selecione o edital desejado para mais informações:

EFO_00000062 - DF - Pesquisa para o SUS 2

Login:

E-mail:

Senha:

Para ser um novo pesquisador Clique aqui para se cadastrar.
Esqueci minha senha de acesso Clique aqui para o envio.

Ministério da Saúde - DATASUS

ISBN 978-85-334-1467-9



9 788533 41467 9

Disque Saúde
0800 61 1997

Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde
www.saude.gov.br/bvs



Secretaria de Ciência, Tecnologia
e Insumos Estratégicos

Ministério
da Saúde

